

Saúde

EXCLUSÃO SOCIAL

Nem só de fome morrem os pobres

Falta de dinheiro para comprar medicamentos vitais mata centenas de milhares de pessoas todos os anos no país

REMÉDIO

CONTINUAÇÃO DA 1ª PÁGINA

GILBERTO DE SOUZA

REPÓRTER DO JB

KARINE ANTUNES

REPÓRTER DO JB

De acordo com relatório da Federação Brasileira da Indústria Farmacêutica (Febrapharma), ano passado mais de 80 milhões de brasileiros sobreviveram sem condições financeiras mínimas para assegurar o tratamento da hipertensão, diabetes e hepatite C. O resultado é uma série de amputações, paradas cardíacas, enfartes, cirroses, sofrimento e mortes prematuras.

— São centenas de milhares de óbitos que poderiam ser evitados, se houvesse o pleno acesso da população aos medicamentos. Há um projeto genocida ainda em curso no país. O modelo econômico adotado até as eleições do ano passado situava os medicamentos como simples bens de consumo, sem levar em conta a sua dimensão social — critica o presidente do Sindicato dos Médicos do Estado do Rio, Jorge Darze.

Com ele concorda, entre outros, a organização não-governamental Médicos Sem Fronteiras, que denuncia a exclusão dos pobres, na maioria dos países subdesenvolvidos, quando se trata do acesso aos medicamentos.

Oscar Berro, presidente do Instituto Vital Brasil (IVB), laboratório oficial do Estado do Rio, parte do princípio de que é



O ministro Humberto Costa defende os laboratórios públicos como forma de enfrentar a falta de medicamentos

possível um programa de distribuição de remédios que integre o Sistema Único de Saúde (SUS), “e que não se reduza aos postos de saúde e a hospitais públicos”.

— Sai muito mais caro manter um paciente no hospital do que garantir o acesso universal aos medicamentos — afirmou.

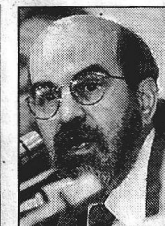
Segundo a OMS, em estudo divulgado no início deste ano, pessoas que vivem com menos de R\$ 2 por dia têm cinco vezes mais probabilidade de morrer antes de chegar aos 5 anos de idade, e duas vezes e meia na faixa etária entre 5 e 59 anos. Os cadáveres produzidos pela

miséria são contabilizados nas estatísticas do próprio Ministério da Saúde.

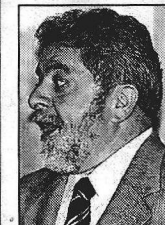
— Entre os cerca de 80 milhões de pessoas marginalizadas, que passam necessidades extremas no país, como constata o Programa Fome Zero, coordenado pelo ministro José Graziano, o número de hipertensos chega a 20%. São aproximadamente 10 milhões de pessoas que integram este grupo de alto risco, com possibilidades maiores de sofrer um infarto ou um acidente vascular cerebral, entre

outros males que poderiam facilmente ser evitados se utilizassem, regularmente, a medicação de uso contínuo prescrita pelos médicos. Entre os diabéticos, esse número chega a 3 milhões de pessoas e, com a hepatite C, o grupo extrapola os 15 milhões de pessoas atingidas — registra o pesquisador do Ministério da Saúde Carlos Eduardo Gouveia, um dos autores do projeto elaborado no IVB.

O ministro da Saúde reconhece a gravidade da situação. “É uma realidade que preocu-



GRAZIANO



LULA



BERRO

lógico estratégico, e por último a ampliação dos projetos de farmácia popular em todo o país — afirmou o ministro.

A munição financeira para encarar o desafio, ainda segundo Humberto Costa, está no fato de o governo ser, de longe, o maior comprador do mercado farmacêutico nacional.

— O setor público compra, por ano, cerca de R\$ 3 bilhões de remédios, o equivalente a 10% de tudo o que o país produz em medicamentos. Com R\$ 100 milhões, no entanto, já é possível avançar no aparelhamento dos laboratórios estatais e produzir com custos mais racionais — avaliou.

A integração entre a produção pública e a das 369 indústrias farmacêuticas instaladas no Brasil, na produção de medicamentos utilizados em larga escala no combate à hipertensão, ao diabetes e à hepatite C, é a base do projeto a ser apresentado pelo IVB ao ministro. A iniciativa do governo estadual do Rio inclui, ainda, a estruturação de uma rede de postos de saúde para a distribuição dos remédios.

— Com o Farmácia Vital será possível integrar os postos de saúde às clínicas e hospitais privados que mantêm convênio com o SUS. Assim será possível, para qualquer pessoa, logo após ser atendida por um médico, receber imediatamente o medicamento necessário — explicou Berro.

gsouza@jb.com.br e
kantunes@jb.com.br